
Do Império à República*

Ilmar Rohrloff de Mattos

Por detrás da aparente naturalidade de um título tantas vezes repetido, e por meio do qual se propõe o tema de uma palestra, uma maneira de conceber a história se apresenta. Uma maneira dita moderna, segundo alguns, triunfante desde o último terço do século XVIII e caracterizada, antes de tudo, por uma determinada noção de processo.

É esta maneira de conhecer a história como a reconstrução de uma experiência vivida no eixo do tempo que nos leva a atribuir aos acontecimentos que a distinguem não mais um valor em si mesmos, à maneira de uma outra concepção dita antiga. Na concepção prevalecente entre nós, cada acontecimento é sempre um momento, ponto ímpar e incomparável no tempo, que só revela o seu valor se referido a um movimento mais geral —

o processo tecido pela narrativa —, que lhe reserva um lugar, assinala uma qualidade e imprime um sentido.

É esta maneira moderna de conceber a história que, ao colocar em destaque as categorias de duração e sucessão, nos leva a identificar continuidades e descontinuidades no seu fluxo, a estabelecer períodos, compará-los entre si, identificar momentos decisivos, trazer para o primeiro plano determinados acontecimentos, relegar outros ao esquecimento, numa operação que tende a fazer esquecer que “nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a História”.

Afeito a esta maneira de conceber a história, Capistrano de Abreu nos faz distinguir as “Fases do Segundo Império”, em artigo publicado no *O Jornal* em 1925. Apresentam-se ali as regências (1840-1850), o apogeu do Império (1850-1863), as guerras externas (1863-1870) e a decadência (1870-1889). Por

* Palestra realizada no ciclo “E assim se proclamou a República”, organizado pela Biblioteca Nacional em 8 de junho de 1989.

meio delas, a trajetória do reinado parece reproduzir o ciclo de uma vida, a do próprio imperador, desde a menoridade até a decrepitude, de tal modo que “a década de 50 foi a mais brilhante do Império”, e “o Imperador sentir-se-ia bem neste jubileu de 50: belo, sadio, augusto, ninguém lhe disputaria a autoridade”.

As “fases” de Capistrano de Abreu seguem, de perto, a periodização apresentada por Joaquim Nabuco em *Um estadista do Império*, cerca de três décadas antes. Ali, os 49 anos de governo pessoal de dom Pedro II são divididos em seis períodos, e por meio dos três últimos — de 1871 a 1889 — o leitor pode revisitar os acontecimentos que conduzem do Império à República. Ceder a palavra a Nabuco talvez se constitua excelente recurso para a compreensão de como aquele processo é tecido:

“(...) De 1871 a 1878, emancipação gradual, liquidação diplomática da Aliança, começo da democratização do sistema (imprensa e condução baratas — os bondes, que tinham começado em 1868, revolucionam os antigos hábitos da população—, idéia republicana, viagens imperiais e caráter democrático que o Imperador nelas ostenta e depois delas assume): de 1879 a 1887, eleição direta, agitação abolicionista, importância maior do Sul pelo progresso rápido de São Paulo, desaparecimento dos antigos estadistas, novos moldes, processos e ambições; de 1887 a 1889, doença do Imperador, seu afastamento gradual dos negócios, descontentamento do exército, abolição súbita, prevenções contra o Terceiro Reinado (da grande propriedade contra a Princesa dona Isabel: do exército

contra o conde d’Eu, futuro Imperador); ouro abundante, febre da Bolsa, positivismo, surpresa final de 15 de novembro”.

Embora observe que “antes de tudo, o Reinado é do Imperador”, Joaquim Nabuco identifica estritamente o “fim do Império” a partir de 1878, ano da morte de seu pai e biografado, Nabuco de Araújo. A trajetória do reinado se confunde também ali com a de uma vida, embora não a do imperador. A Questão Militar e a campanha abolicionista — assinalada esta pela “ação revolucionária de Antônio Bento e a evolução agrícola de Antônio Prado (que troca a escravidão pela imigração) produzindo a defecção de São Paulo” — teriam representado o golpe mortal no Império.

Acredito ser desnecessário destacar, neste ponto, os lugares atribuídos àqueles acontecimentos, agrupados em períodos significativos, a partir da identificação de um movimento que conduz a um ponto de chegada já conhecido: a “surpresa final de 15 de novembro”! Talvez valha a pena sublinhar, contudo, a qualidade diversa atribuída aos mesmos no conjunto da narrativa empreendida por Nabuco, qualidade essa que é determinada por um sentido já dado, embora ela também o determine — quer no plano das idéias, atitudes e valores, quer no que diz respeito ao comportamento dos agentes sociais.

Assim, no que se refere ao primeiro plano: “começo da democratização do sistema”; “idéia republicana”; “caráter democrático do Imperador”; “eleição direta”; “agitação abolicionista”; “positivismo”; “novos moldes, processos e ambições”; “febre da Bolsa”. Não apenas “um bando de idéias novas esvoaçou sobre nós”, como destacou Sílvio Romero;

novas atitudes e valores também pareciam se afirmar, e eram postas em relevo ali.

E no que diz respeito ao comportamento dos agentes sociais: “ação revolucionária de Antônio Bento e evolução agrícola de Antônio Prado”; “revolução nos antigos hábitos da população”; “descontentamento do Exército”; “prevenções contra o Terceiro Reinado”; “defecção de São Paulo”; “doença do Imperador”...

Lugares, qualidades e sentido atribuídos por aquele que conta uma história, preenchendo, assim, um tempo vazio e homogêneo. Porque este historiador não apenas explica o tempo de que se ocupa — o tempo dos acontecimentos que levam do Império à República; ele se esforça sobretudo por organizar esse tempo. E controlá-lo. Dos lugares, qualidades e sentido atribuídos emerge a República, expressão do progresso material, do triunfo da liberdade, do advento da democracia e da instauração de uma ordem mais racional. A República, enfim, como progresso e como ordem; como um ponto de chegada inevitável e como ponto de partida de um novo processo que se procura ter sob controle.

Por assim proceder, lançando mão ainda de determinadas técnicas e métodos que possibilitavam evitar os ardis de uma memória sempre fluida e apaixonada, o historiador diferenciava-se dos habitantes do Império que, de maneira ativa ou não, viviam aqueles acontecimentos. Assim como participavam de inúmeros outros. Tendo o seu existir cotidiano preenchido por todos esses acontecimentos — e não apenas por aqueles aos quais o historiador reservava lugares determinados —, aqueles habitantes buscavam certamente “descobrir” um sentido no que acontecia, porque

imersos eles também naquela maneira de conceber a história. Para eles, contudo, acontecimentos como o final da Guerra do Paraguai eram menos expressões de rupturas e muito mais elementos que possibilitavam uma compreensão concatenada de um conjunto de mudanças que se apresentavam isoladas umas das outras. Não podendo conhecer o ponto de chegada de uma trajetória, empenhavam-se, porém, em traçá-la. E com tão maior ardor quanto mais se movimentavam em meio a um amplo campo de possibilidades. Por isso, eram diferentes dos historiadores.

Ainda que ao ritmo lento das parelhas de burros que os puxavam pelas estreitas ruas da corte, os bondes propiciavam a circulação de idéias, atitudes, valores e hábitos associados ao progresso e à democracia. Nos mais diferentes pontos do Império - como é possível constatar nos depoimentos recolhidos por Gilberto Freyre para a redação de *Ordem e progresso* —, hábitos e sentimentos semelhantes também eram difundidos, sobretudo por meio da imprensa — as catedrais da época moderna, no entender de Machado de Assis. Eis uns poucos exemplos. Um funcionário público, nascido no interior da província da Paraíba, em 1882, lembrava que, “fora da escola, na rua, brincava de soldados com meus colegas”. Outros confessavam terem sido influenciados pelos livros de Júlio Verne, quando meninos, e pelas aventuras de Sherlock Holmes, quando moços. Um pernambucano, nascido em 1870, destacava que, “ao meu tempo de rapaz, as questões sociais se esboçavam no Brasil. Lia-se Proudhon. Falavam alguns em Carlos Marx. Mas o que nos absorvia e onde a nossa atividade de moços se desenvolvia era pela abolição da escravatura no Brasil e reforma

política, pelo estabelecimento da República”.

Assim, pouco a pouco, foram sendo erigidos o prestígio do elemento militar e a crença inabalável no poder da técnica e da ciência, que tenderiam a se encontrar por meio das representações de fundo positivista que, além de exprimirem o cientificismo que prevalecia nos meios intelectuais, preconizavam uma atitude cívica, intensamente vivida pelos propagandistas republicanos, civis e militares. De outra parte, o “sentimento aristocrático” — identificado por Ferreira de Resende como o traço dominante da sociedade imperial em meados do século — parecia ceder lugar a um “sentimento democrático”. Aqueles que o compartiam reivindicavam o federalismo, exigiam o fim do trabalho escravo, aborreciam o Império e reclamavam a República. Ou, melhor dizendo, diferentes repúblicas, porque, para os homens de então, a passagem do Império à República poderia seguir por diferentes caminhos.

II

Em 1º de março de 1870 chegava ao fim a “guerra do López”; nove meses depois, nas páginas do número inicial do jornal fluminense *A República*, vinha à luz o Manifesto Republicano.

Se aquele primeiro acontecimento permitiria aos ativos habitantes do Império do Brasil uma compreensão concatenada de um conjunto de mudanças em curso, este último cumpriria, antes de tudo, o papel de contestação a uma direção política, intelectual e moral, responsável pela ordem imperial: a direção “saquarema”. Ao contestá-la, o Manifesto, dirigido aos “nossos concidadãos”, afir-

mava uma estratégia — “como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la”; estabelecia um princípio — “só à opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós”; e revelava um objetivo — “a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria”.

Mas a que denominamos de direção “saquarema”?

Caso queiramos efetivamente responder a esta pergunta, torna-se necessário considerar, de imediato, que o processo de construção do Estado imperial implicou o processo de constituição da classe senhorial, nos termos de uma restauração e de uma expansividade. E considerar ainda que a relação necessária entre ambos os processos foi propiciada pela intervenção consciente e deliberada de uma determinada força social, a qual se forjava a si própria como dirigente no movimento dessa intervenção: os Saquaremas.

Como já disse em outras oportunidades, para os “saquaremas”, a manutenção de uma ordem e a difusão de uma civilização apareciam como objetivos fundamentais: eram também os meios pelos quais empreendiam a construção de um Estado e possibilitavam a constituição de uma classe. Por sua vez, e de modo necessariamente complementar, a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial tornavam-se não apenas os resultados de uma intenção traduzida em ação, mas também os

requisitos que asseguravam a ordem e difundiam a civilização.

Deste modo, manter uma ordem não significava, unicamente, prevenir ou reprimir os diferentes crimes públicos, particulares e policiais arrolados no Código Criminal de 1830, reprimir os levantes da malta urbana, pôr fim às lutas pela posse da terra, combater as insurreições dos escravos e destruir os quilombos, além de procurar conhecer a população do Império, sua distribuição e ocupação, vigiando aqueles que eram sempre vistos como vadios e desordeiros. E nem apenas forjar, em alguns casos meramente copiar, um conjunto de instituições políticas, administrativas, judiciárias, velando pelo seu correto desempenho. Manter uma ordem significava, efetivamente, garantir a continuidade das relações entre senhores e escravos, da casa-grande e da senzala, dos sobrados e dos mocambos; do monopólio da terra pela minoria privilegiada que deitava suas raízes na Colônia e no tempo da corte portuguesa no Rio de Janeiro; das condições que geravam a massa de homens livres e pobres, reforçadores do monopólio da violência pelos senhores rurais ou agregados às famílias urbanas. Significava ainda garantir a reprodução das relações com o mundo exterior, capitalista e civilizado, por meio da prevalência da coroa, propiciadora da associação estreita entre negócios e política e da dominância do capital mercantil. Significava ainda mais: o monopólio da responsabilidade pelo soberano, exercido por meio dos políticos imperiais. Significava também preservar a integridade territorial do Império, embora preservando as diversas regiões e a preponderância da região de agricultura mercantil-escravista, e dentro desta a prevalência do “Sul”, polarizado pela corte, depositária dos

olhos vigilantes do soberano. Significava, no fundo e no essencial, reproduzir os “três mundos” do Império do Brasil, a hierarquia entre eles e no interior de cada qual, timbrando não só a diferença entre pessoas e coisas — isto é, os escravos —, mas também entre as próprias pessoas — o povo e a plebe —, de tal forma que o “lugar” de cada um se definia pelos nexos pessoais que conseguia construir e manter, tanto com aqueles que se situavam imediatamente “acima” quanto com os que vinham “abaixo”.

Difundir a civilização, significava, por seu turno, assegurar o primado da razão, o triunfo do progresso, a difusão do espírito de associação, a formação do povo. Isto implicava, de um lado, romper os limites da casa, quebrando em parte o poder do *despotés*, de modo a transformá-lo, no caso particular da região de agricultura mercantil-escravista, de mero plantador escravista em elemento integrado num “universo mais amplo”, entendido como propiciador da sua continuidade num quadro de crise da ordem escravista, embora numa situação nova. Implicava, assim, integrá-lo nas instituições que o Império forjava, como a Guarda Nacional, ou em fazê-lo participar das associações políticas que procuravam estender os braços do partido representado pela coroa, de modo a colocá-lo a par do encaminhamento das questões candentes que assinalavam uma constituição, como aquelas referentes ao tráfico negreiro e aos projetos de colonização estrangeira. Implicava, em suma, mantê-lo em contato permanente com a corte, rompendo seu isolamento, quer por meio de seus representantes políticos, quer por meio das folhas e pasquins, dos romances e do teatro.

Difundir a civilização implicava também, de outro lado, garantir a adesão a

uma ordem, que se alicerçava no nexo colonial e na existência da escravidão, de um determinado conjunto de homens livres que não derivavam diretamente dela, embora dela não deixassem de depender: notários e subdelegados de polícia; pequenos comerciantes e empregados públicos; clérigos e professores.

Manter a ordem e difundir a civilização impunham, assim, àqueles que pretendiam exercitar uma direção, o estabelecimento de nexos com as famílias que compunham a “boa sociedade”, assim como, embora secundariamente, com aqueles segmentos sociais subalternos. Impunham também a ampliação e transformação desses próprios dirigentes: ao núcleo “saquarema” original — Rodrigues Torres, Paulino José Soares de Sousa e Eusébio de Queirós, nutridos nas idéias de Bernardo Pereira de Vasconcelos e contando com o apoio fundamental de Honório Hermeto Carneiro Leão e de José da Costa Carvalho — adeririam, progressivamente, os demais conservadores; a seguir, quase todos os “luzias”. E, se isto ocorreu, foi porque, em determinado momento e sob certas circunstâncias, os “saquaremas” aliam-se à proposta de restauração as transformações necessárias à expansão da classe, ainda que, para tanto, muitas vezes tivessem sido obrigados a contrariar interesses poderosos. A Nabuco de Araújo, como a muitos outros, não escapou esse movimento sinuoso e contraditório, uma espécie de jogo entre conservação e transformação animado pelo princípio conservador. Referindo-se às medidas repressivas que se seguiram ao movimento praieiro, ele observaria que a “missão do governo, e principalmente do governo que representa o princípio conservador, não é guerrear e exterminar famílias, antipatizar com nomes, destruir

influências que se fundam na grande propriedade, na riqueza, nas importâncias sociais; a missão de um governo conservador deve ser aproveitar essas influências no interesse público, identificá-las com a monarquia e com as instituições, dando-lhes prova de confiança para que possa dominá-las e neutralizar suas exagerações”.

Ora, era justamente contra essa “missão do governo”, fundamentada no princípio conservador — a direção “saquarema”, em suma — que se posicionavam os signatários do Manifesto de 1870. Para esses “republicanos históricos”, a monarquia não mais representava os interesses da sociedade; era incapaz de expandi-los, de realizar o bem comum e defender a coisa pública, de garantir as liberdades fundamentais dos cidadãos brasileiros. E esta incapacidade era a expressão da prevalência de um único poder — “ativo, onímodo, onipotente, perpétuo, superior à lei e à opinião, e esse é justamente o poder sagrado, inviolável e irresponsável”.

De acordo com o Manifesto, havia “privilégio em todas as relações com a sociedade — tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país —, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosa superioridade de um sobre todos ou a de alguns sobre muitos”. E daí resultavam não só o predomínio das formas negativas ou impuras de governo — a monarquia transformada em tirania ou a aristocracia, em oligarquia — como também a inexistência de representação nacional e a ameaça da fragmentação territorial.

A fonte de tantas mazelas residia certamente na Carta outorgada de 1824, que

insistira em unir sob a monarquia constitucional dois poderes diversos em sua origem e irreconciliáveis: a monarquia hereditária, ou o poder pela graça de Deus, e a soberania nacional, ou o poder pela vontade coletiva.

Por tudo isso, aqueles republicanos concluíam que se impunha a restauração da soberania nacional — “o governo de todos por todos”. Segundo o seu entendimento, o governo democrático do *Populus* — que não devia ser confundido com a multidão formada pela plebe que agitava os principais núcleos urbanos do Império — pressupunha a adesão dos cidadãos a uma mesma lei, o que tornava necessária a convocação de “uma assembléia constituinte com amplas faculdades para instaurar um novo regime”. E pressupunha ainda que aqueles mesmos cidadãos estivessem voltados para o bem comum, prontos para servir à pátria, o que requeria a instauração do federalismo, porque somente em âmbito local e em número restrito tornavam-se possíveis a proximidade entre os indivíduos e a visibilidade da gestão da coisa pública, assegurando-se, assim, o exercício e a preservação das virtudes que distinguiam o cidadão republicano — “no Brasil, antes ainda da idéia democrática, encarregou-se a natureza de estabelecer o princípio federativo”.

Do Manifesto Republicano reteve-se, pelos anos afora, esta última afirmativa: “somos da América e queremos ser americanos”. Por ter silenciado a respeito de outras questões candentes de seu tempo, como a do trabalho escravo, não se deve concluir ser ele um documento inexpressivo. Na realidade, expressava com nitidez uma determinada maneira de contestar uma direção que se exercia por mais de três décadas. As idéias e princípios que o sustentavam deitavam suas raízes

no solo em que se decompunha a velha sociedade escravista gerada pela colonização. Ao participar desta transformação, os “republicanos históricos” não deixavam de contribuir para a fertilização deste mesmo solo, de onde brotariam novas idéias e propostas expressivas por outros defensores da República: evolucionistas, revolucionários, positivistas, jacobinos...

III

Apesar de não poucos republicanos sonharem com a instauração de um novo regime por ocasião do primeiro centenário da Revolução Francesa, e até mesmo de Silva Jardim ter destacado a necessidade da extinção da monarquia no Brasil naquele ano, a Proclamação da República, pelos militares, em 1889 foi, a esse respeito, uma mera coincidência.

Não obstante, essa coincidência foi mais do que suficiente para que os arautos e propagandistas da República afirmassem, como em muitas outras oportunidades, as íntimas conexões entre as histórias das duas sociedades, enfatizando o caráter combinado do desenvolvimento de ambas, embora deixassem escapar os aspectos que as distinguiam.

Ainda mais. O fato de a Proclamação da República ter sucedido cronologicamente à extinção do trabalho escravo propiciava uma associação singular entre a República e a Revolução Francesa. Não apenas vivia-se uma revolução que tomava os brasileiros “mais livres e mais americanos”: a ocorrência sucessiva da Abolição e da República propiciava que essa mesma revolução desse início a uma regeneração, conforme já fora preconizado, aliás, pelo Manifesto Republi-

cano de 1870, no momento em que chegara ao fim o império de Napoleão III.

Sob o signo da Revolução Francesa, a República apresentava-se como a possibilidade de afirmação da nacionalidade, a partir de uma regeneração. E isto se traduzia nos depoimentos dos contemporâneos. “Tivemos um dia a revolução em nome da dignidade humana”, afirmava Raul Pompéia. “Tivemos a revolução da dignidade política. É preciso que não tarde a terceira revolução: a revolução da dignidade econômica, depois da qual somente poder-se-á dizer que existe a Nação brasileira”.

Seqüenciadas no tempo, aquelas revoluções eram apresentadas como causas de uma regeneração. Não tardariam a ser transformadas em causas umas das outras: a Abolição como causa das demais e a República como sua consequência imediata e necessária. Em verdade, essa maneira de dispor os acontecimentos revelava o esforço e a preocupação de não só melhor compreender o que se passava, como também melhor se posicionar e intervir naquelas transformações que, em ritmo cada vez mais acelerado, desfaziam os ordenados “mundos” da sociedade imperial — governo, trabalho e desordem —, tendendo a confundir e misturar os seus integrantes, até então rigidamente diferenciados e separados por um entrecruzar de critérios sociais e raciais.

Não por outra razão, no dia imediatamente seguinte ao da emancipação dos escravos, o jornal paulistano *Diário Popular*, ligado ao Partido Republicano Paulista, saudava aquele acontecimento, tanto como uma regeneração — “...múltipla e salvadora regeneração: o escravo eliminado, o senhor abolido, o trabalho nobilitado e a pátria desafiada...” — quanto como a retomada de uma linha de

desenvolvimento natural que o Império interrompera, mas que em breve se completaria com o advento da República, somente não realizada em 1822 devido à “ambição, subserviência e inépcia da geração que fizera a Independência”. A Abolição, abrindo o caminho à República, dava início a um tempo novo: “o período africano de nossa civilização fica oficialmente cancelado. A era americana, o período de autonomia e das reivindicações, agora principia”.

Posição diversa a de Joaquim Nabuco, embora participando das mesmas expectativas. Para ele, se a Abolição fosse conduzida pelo “Partido Abolicionista”, a regeneração consistiria, em larga medida, na obra de resgate da raça negra: “depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao Poder sinistro que representa para a raça negra a maldição de cor, será ainda preciso desbastar, por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativo, isto é, de despotismo, superstição e ignorância”.

Em Silva Jardim um terceiro posicionamento. Vendo na Proclamação da República a “revolução adorada” que propiciava a irrupção do povo na vida política, ele punha em destaque os temas relativos à pátria e à fraternidade, relegando a um segundo plano as questões referentes à federação, que tanto ardor despertavam entre os próceres republicanos paulistas. Entendendo o governo como a “combinação feliz dos dois elementos que esta palavra resume: Poder e Povo”, ele afirmava ser necessária a existência de uma “Presidência poderosa — instituída pela vontade popular, a princípio por aclamação, sujeita em seguida ao sufrágio universal”.

No fundo e no essencial, essas e muitas outras idéias, propostas e sentimen-

tos, após terem contribuído para a erosão do edifício imperial, entravam em confronto a respeito da República que se pretendia implantar e da regeneração a ser realizada. As discordâncias a respeito dos fundamentos da nacionalidade, da amplitude da cidadania, do papel reservado à educação, entre muitas outras, e que aqui apenas palidamente esbocei, revelavam os diferentes projetos a respeito das novas relações entre o *Populus* e a plebe, engrossada pelos ex-escravos e pelos imigrantes, na nova nação republicana. O que estava em causa era a constituição, em última análise, de uma nova direção, afinal definida sob a presidência Campos Sales: a República é e deve ser governada "de lá (dos estados controlados pelas oligarquias) ...por cima das multidões que tumultuam, agitadas, nas ruas da capital da União". Tendo evocado a Revolução Francesa no momento do seu nascimento, a República revelava, afinal, a sua face.

Recorro a Machado de Assis no momento de encerrar. Talvez ele nos ajude a compreender como os contemporâneos viveram a definição da face republicana. Em *Quincas Borba* — romance publicado originalmente no periódico *A Estação*, entre 1886 e 1891 —, o personagem Rubião, à medida que enlouquece, imagina ser Napoleão III, e em certa ocasião ordena ao barbeiro que lhe torne a face semelhante à do

imperador dos franceses, sem barba, com pera e bigodes. Se, para muitos, a Revolução Francesa se repetia na Proclamação da República no Brasil, a tragédia de Rubião revelava a farsa da passagem do Império à República.

Bibliografia

- ABREU, J. Capistrano de. 1969. "Fases do Segundo Império" em *Ensaio e estudos* (Crítica e História) 3a. série. 2a. ed. Rio de Janeiro, Briguiet.
- ARENDT, Hannah, 1988. "O conceito de história — antigo e moderno" em *Entre o passado e o futuro*. 2a. ed. São Paulo, Perspectiva.
- FREYRE, Gilberto. 1959. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- LE GOFF, Jacques. 1982. *Reflexões sobre a história*. Lisboa, Edições 70.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. 1962. "O jornal e o livro" e "Quincas Borba" em *Obra completa*. Rio de Janeiro, Aguilar.
- MANIFESTO REPUBLICANO. 1973. Em PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo, Alfa Omega.
- MATTOS, I. Rohrloff de. 1987. *O tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec.
- NABUCO, Joaquim. 1975. *Um estadista do Império*. 4a. ed. Rio de Janeiro, Aguilar.
- _____. 1977. *O abolicionismo*. 4a. ed. Petrópolis, Vozes.
- REZENDE, F. de Paula Ferreira de. 1944. *Minhas recordações*. Rio de Janeiro, José Olympio.
-

Ilmar Rohrloff de Mattos é professor adjunto do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e da Pontifícia Universidade Católica — RJ. É autor do livro *O tempo saquarema* (São Paulo, Hucitec 1987).